

ARTIGO

DEVIR - MULHER COMO POTÊNCIA PARA UMA HISTÓRIA OUTRA

LOSANDRO ANTÔNIO TEDESCHI

Doutor em História Latino-Americana, docente na Graduação e Pós-graduação da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD e coordenador da Cátedra UNESCO “Gênero, Diversidade Cultural e Fronteiras”.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7454-8349>.

SIRLEY LIZOTT TEDESCHI

Doutora em Educação, docente na Graduação e Pós-graduação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS e pesquisadora da Cátedra UNESCO “Gênero, Diversidade Cultural e Fronteiras”.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4557-8282>.

RESUMO: Neste artigo, discutimos as múltiplas possibilidades de pensar e escrever a história, mais especificamente a história das mulheres, tomando como referência o conceito de devir-mulher conforme apresentado por Deleuze e Guattari em *Mil Platôs*. O devir-mulher na historiografia abre possibilidades de questionamento dos jogos essencialistas de identidades formadas pelas narrativas históricas hegemônicas determinantes das políticas de gênero e sexualidade e traz possibilidades de produzir novas subjetividades ainda não capturadas pela forma de existir da colonialidade patriarcal. Nesse sentido, o devir-mulher, como devir minoritário, como resistência, subverte os discursos marcados pelo poder patriarcal, reivindica modos específicos de ser sujeito, transpõe, dribla, constrói linhas de fuga, produz saberes/poderes particulares, locais, regionais, diferenciados, não unânimes e politicamente divergentes e convoca a criação de uma história outra. Trata-se, agora, de uma história que não aprisiona os corpos, os pensamentos, as sensibilidades.

PALAVRAS-CHAVE: devir-mulher; história das mulheres; devir minoritário.

BECOMING - WOMAN AS A POWER FOR A DIFFERENT STORY

ABSTRACT: In this article, we discuss the multiple possibilities of thinking and writing history, more specifically the history of women, taking as a reference the concept of becoming-woman as presented by Deleuze and Guattari in *Mil Platôs*. The becoming-woman in historiography opens up possibilities for questioning the essentialist games of identities formed by the hegemonic historical narratives that determine gender and sexuality policies and brings possibilities to produce new subjectivities not yet captured by the way of existing patriarchal coloniality. In this sense, becoming-woman, as a minority becoming, as resistance, subverts discourses marked by patriarchal power, demands specific ways of being a subject, transposes, dribbles, builds lines of flight, produces particular, local, regional, differentiated knowledge / powers, not unanimous and politically divergent and calls for the creation of a different story. It is now a story that does not trap bodies, thoughts, sensitivities.

KEYWORDS: becoming-woman; women's history; becoming a minority.

Recebido em: 18/05/2021

Aprovado em: 16/06/2021

DOI: <http://dx.doi.org/10.23925/2176-2767.2021v72p5-29>

Introdução

A história das mulheres, em certa medida, ainda é uma história do oculto, do não-lugar, do indizível. Isso ocorre devido às relações de poder que dominam, subordinam, produzem desigualdades, desequilibram o chão da convivência social. Essas relações de poder estão presentes em todos os atos do dia a dia e produzem histórias de exclusão com nomes e rostos de mulheres. Contudo, nas últimas décadas, a história das mulheres tem visibilizado as relações de poder e saber hegemônicas determinantes das políticas de gênero e sexualidade na historiografia ainda marcada pela opacidade, ocultação e encobrimento do protagonismo desses sujeitos. Ao visibilizar as relações de poder hegemônicas na historiografia, a história das mulheres potencializa a construção de uma história outra, narrada na perspectiva das mulheres. Um grande desafio epistemológico, uma demanda profunda de nosso tempo.

Os antigos esquemas patriarcais-coloniais que estruturavam as relações entre os gêneros – relações estruturais de poder – ainda marcam a desigualdade entre os gêneros. Na relação hierárquica entre os gêneros, os homens gozam de uma posição preferencial sobre as mulheres nos espaços públicos e privados. Mesmo diante das transformações nas relações entre os gêneros produzidas pelos feminismos – que têm em seu bojo algo potente e irruptivo –, essa história, marcada por relações hierárquicas que privilegiam os homens, ainda não foi superada. Nesse sentido, o conceito de *devenir-mulher*,¹ elaborado por Deleuzes e Guattari (2012), é uma ferramenta possível de desconstrução da narrativa hegemônica, colonial e patriarcal.

Ao trazermos o *devenir-mulher*, conceito que atravessa o pensamento dos filósofos franceses, para o campo historiográfico, a intenção não é buscar uma categoria que se coloque como princípio explicativo da subalternidade feminina na história. A nossa tentativa é mostrar que a história das mulheres, até então esquecida, apagada e silenciada, não diz respeito somente ao

¹ Deleuze e Guattari (2012) dizem que *devenir* não é uma árvore classificatória nem genealógica, mas um rizoma. Por ser rizoma abre-se a múltiplas possibilidades de se pensar a história, especialmente a história das mulheres, produzindo rupturas/descontinuidades nas estratificações dominantes. Nesse sentido, o *devenir-mulher* é um conceito potente para pensar a problemática das minorias, inclusive das mulheres, que é “uma problemática da multiplicidade e da pluralidade e não uma questão de identidade cultural, de retorno ao idêntico, de retorno ao arcaico (ROLNIK; GUATTARI, 2013, p. 86).

espaço privado, aos casos de amor, aos cuidados com a família, ao servir, ao nutrir e às regras de etiqueta. Queremos mostrar que há uma história outra subalternizada, marginalizada, potente, agitando-se dentro do hegemônico, do tradicional; há uma história forçada à invisibilidade e à miséria.

Essa história outra, historicamente invisibilizada, é nutrida de uma potência ontológica, política – um devir – e, quando vista mais de perto, não revela, apenas, casos universais, mas conflitos de gênero que envolvem, de forma complexa, as representações sociais que produziram/produzem os corpos e as subjetividades das mulheres no decorrer da história. O devir-mulher, como conceito/ferramenta, nos possibilita movimentar/compreender a história considerando as singularidades, os silenciamentos e os ocultamentos. Isso nos leva para longe de construções metafísicas do conceito enquanto uma entidade universal e onipresente. O conceito de devir se constrói a partir de concretudes do real, das realidades engendradas, e não por meio de exercícios de abstração separados da experimentação da vida, do acontecimento. Como diz Zourabichville (2009, p. 48), não seria viável pensar um devir como uma categoria que serviria para qualquer realidade, pois “devir não é uma generalidade, não há devir em geral [...] devir é uma realidade: os devires, longe de se assemelharem ao sonho ou ao imaginário, são a própria consistência do real”.

Diante disso, apresentamos, em um primeiro momento, a potência do devir-mulher na história, especialmente na história das mulheres. As mulheres, ao viverem e escreverem suas histórias, sendo loucas, revolucionárias, amantes, desbocadas, marginais ou devotas, passam a desenhar um devir como potência, como realidade, como acontecimento. Usam seus lugares como potência inventiva – a potência de um pensamento nômade,² aberto às conexões e que se desvia dos processos de subjetivação manipulantes e ditantes de regras e condutas do patriarcado.

² Com base em Deleuze, Zourabichvili (2009) diz que, considerando a tradição filosófica ocidental, acreditamos que o pensamento avança segundo uma ordem de desenrolar progressivo, desconhecendo o caráter intrinsecamente nômade do pensamento. O pensamento nômade “afirma resolutamente o acaso: não que oponha à necessidade os direitos de um capricho arbitrário [...]; mas essa afirmação é a prova que o livra do engodo de uma necessidade buscada na relação com uma divisão originária e transcendente, que o pensamento não pode senão postular (ilusão sedentária do fundamento)” (ZOURABICHVILI, 2009, p. 52).

Em um segundo momento, apresentamos o devir-mulher, na história, como devir – minoritário.³ Mostramos que os gestos e movimentos políticos das mulheres que escapam pelas frestas e pelos desvios do poder patriarcal, por menores que sejam, produzem novos modos de conduzir, de governar, de criar estratégias como ato político; criam um pensamento menor⁴ feminino, isto é, um pensamento de resistência que se inventa no imprevisível, numa “história menor de fugas-intensivas” (TEDESCHI, 2018, p. 9). Esses movimentos desencadeados pelas mulheres fazem surgir/insurgir modos de vida inauditos, subjetividades ainda não capturadas pelo discurso colonial-moderno-patriarcal. Eles possibilitam entender as multiplicidades, atravessamentos e intensidades, que funcionam como uma espécie de arrombamento que consiste no impulso para todo pensamento e para todo o conhecimento.

Por ser “uma captura, uma possessão, uma mais-valia, jamais uma reprodução ou uma imitação” (DELEUZE; GUATTARI, 2014, p. 29), o devir exige um pensamento livre de modelos – neste caso, livre de modelos patriarcais-coloniais representativos. É isso o que buscam as mulheres na história – liberdade, movimento do pensamento, transformação contínua, reconfigurações em movimento – reforçando, como dizem os filósofos franceses, que toda a história passa pelo devir-mulher.

A potência do devir-mulher na história

Com base em Deleuze e Guattari (2012) experimentamos o conceito de devir-mulher na história das mulheres. Destacamos que a potência de um conceito não está no conceito em si, no que ele significa, mas naquilo que ele permite pensar, vislumbrar, arriscar, ou seja, no espaço aberto e nômade deixado pelo conceito para a criação de novos pensamentos. Ademais, o devir-mulher, na história, base dos outros devires, segundo Deleuze e Guattari (2012),

³ Deleuze e Guattari (2014) denominam o devir-minoritário como figura universal da consciência, de autonomia.

⁴ Quando falamos em “pensamento menor” não o estamos desqualificando. Entendemos o conceito de menor a partir de Deleuze e Guattari (2014). Os autores criaram o conceito de literatura menor como dispositivo para analisar a obra de Frantz Kafka, que é considerada revolucionária por subverter a língua alemã. Nessa perspectiva, pensamento menor possui uma potência subversiva e revolucionária.

não trata de desvendar o significado da história, mas de inventar outros sentidos e extrair novas composições.

O devir para Deleuze e Guattari (2012) é marcado por uma ideia de movimento. Ele é caracterizado por acelerações e desacelerações, intensificações e relaxamentos de graus de intensidade, captados através da percepção por zonas de vizinhança, de fronteira, por uma linha de fuga. Portanto, o devir-mulher não é um recorte ou uma cópia de formas determinadas dos conjuntos molares que estruturam a sociedade. Todo devir nunca é devir alguma coisa exterior e pré-estabelecida; nunca é conformar-se a um modelo ou fazer algo proporcional a ele. O devir “é um verbo tendo toda sua consistência; ele não se reduz, ele não nos conduz a ‘parecer’, nem ‘ser’, nem ‘equivaler’, nem “produzir”” (DELEUZE; GUATTARI, 2012, p. 20, grifo do autor).

A potência do devir, conforme os filósofos franceses, está no fato de que ele, movimentando todas as coisas, promove encontros, fluidos e variações; é a possibilidade de mudança, a expressão da pluralidade, da multiplicidade, a potência do diferente – uma energia mobilizadora. O devir em Deleuze e Guattari (2012) diz respeito não ao que somos, mas ao que estamos em via de nos tornar, ao que podemos nos tornar a partir das conexões que vivenciamos. Ele é a lança arremessada para outro lugar esperando que alguém a encontre e a lance novamente. O devir não define um fim; antes assinala que o destino de todas as coisas é a permanente transformação.

Um devir não é uma correspondência de relações. Mas tampouco é ele uma semelhança, uma imitação e, em última instância, uma identificação [...] devir não é progredir nem regredir segundo uma série [...] devir não é uma evolução, ao menos uma evolução por dependência e filiação. O devir nada produz por filiação. O devir é da ordem da aliança. (DELEUZE; GUATTARI, 2012, p.19)

Nesse sentido, o conceito de devir desenvolvido pelos filósofos franceses não é uma categoria fechada e acabada, mas um conceito que sempre escapa a nossa compreensão quando acreditamos que o compreendemos. Carneiro (2013) afirma que

devir não se opõe a uma forma, mas também não se trata de um estado transitório entre uma condição e outra, uma vez que, por meio dele, não se tem como telos atingir uma forma definitiva; devir, nunca se conclui ou se concretiza em uma forma de ser. (CARNEIRO, 2013, p. 77)

Por esse inacabamento, ausência de uma teleologia, que o devir-mulher movimenta a história das mulheres marcada pela misoginia, racismo e machismo e que, ainda hoje, mostra feridas abertas que não deixam de sangrar. Muitos são os corpos das mulheres violentadas, espancadas, assassinadas, seviciadas pela atuação dessas linhas do tempo que vêm do passado e constituem a malha, o tecido do nosso tempo; linhas doloridas e chocantes que ainda costumam nossa vida social e nossas subjetividades.

Rolnik e Guattari (2013) dizem que o devir-mulher é algo que flui molecularmente,⁵ constituindo-se com outras alianças afetivas, rizomáticas e resistentes que fazem aquelas formas, ou melhor, partículas delas, escaparem das políticas identitárias, das formas de controle, de fugirem do padrão pré-estabelecido, agenciando-se nas margens, constituindo multiplicidades e desenhando fronteiras além dos limites. Os autores qualificam o devir-mulher de devir-feminino.

[...] qualifico de devir feminino por se tratar de uma econômica do desejo que tende a colocar em questão um certo tipo de demarcação que faz com que se possa falar de um mundo dominado pela subjetividade masculina, no qual as relações são marcadas justamente pela proibição desse devir. Em outras palavras, não há simetria entre uma sociedade masculina, masculinizada e um devir feminino. (ROLNIK; GUATTARI, 2013, p. 86)

Ao analisarmos as mulheres na história – história ainda masculina, masculinizada, como dizem Rolnik e Guattari (2013) –, vamos descobrindo que essas vidas infames, marginais, transgressoras habitavam as sombras, os silêncios e, por esses espaços, essas fissuras, desenhavam um devir-mulher como potência. Mesmo na ausência de vestígios, rastros de fontes dos acontecimentos, escreveram e resistiram na história. Destinadas a ser ninguém e a ter lugar nenhum, elas constroem seus lugares de combate na vida e no espaço, no corpo e na linguagem. Agenciando às margens, as mulheres desenvolveram/desenvolvem um pensar fronteiro e movimentos de resistência contra uma historiografia colonial-patriarcal que excluiu/exclui o privado, o cotidiano e as miudezas da vida, tratando-as como não-história.

⁵ Para Deleuze e Guattari (1996) a ordem molecular é a dos fluxos, dos devires, das transições de fases e de intensidades operadas por várias formas de agenciamentos que levam, por sua vez, a desterritorializações e movimentos que rompem com os limites das estruturas molares. A fluidez molecular escorrega entre as estruturas mais rígidas de nossas vidas, como, por exemplo, na formalização do desejo, do invisível, onde não se tem unidades, mas intensidades.

Essas resistências têm desestabilizado os discursos que historicamente silenciaram e invisibilizaram diversos grupos sociais e culturais.

Podemos dizer que essa história outra forjada pelas mulheres se constitui nas linhas de fuga⁶. A fuga, no sentido deleuziano, torna-se ativa, produz na própria realidade, possibilita criar vidas outras,⁷ é uma linha que encontra ferramentas contra o que é a estrutura fixa, molar, como o Estado, a Igreja e as Instituições. Para Deleuze e Parnet (1998, p. 49), “fugir não é renunciar às ações, nada mais ativo que uma fuga. É o contrário do imaginário. É também fazer fugir, não necessariamente os outros, mas fazer alguma coisa fugir, fazer um sistema vaziar como se fura um cano”.

Fazer um sistema vaziar é o que fizeram/fazem as mulheres na história. Elas não se deixam controlar pelo patriarcado, pela tradição que tenta homogeneizar as singularidades. Nos desvios, as mulheres foram capazes de subverter o poder patriarcal que controla, normaliza e coage; nos desvios da norma o devir-mulher se alastra e se torna um poder imanente e desterritorializado. Ele tem produzido valores e representações capazes de dar a perceber diferentes formas de vida, diferentes interpretações, outros códigos de conduta e referências simbólicas. Afinal, não temos dúvidas de que as mulheres, ao se encontrarem com o poder, inventaram novas possibilidades de vida.

Deleuze e Guattari (2012) fazem referência a Virginia Woolf para falar da necessidade de uma escrita que produza um devir-mulher.

Quando se interroga Virginia Woolf sobre uma escrita propriamente feminina, ela se espanta com a ideia de escrever ‘enquanto mulher’. É preciso antes que a escrita produza um devir-mulher, como átomos de feminilidade capazes de percorrer e de impregnar todo um campo social, e de contaminar os homens, de tomá-los num devir. (...) a ascensão das mulheres na escrita romanesca inglesa não poupará homem algum. (DELEUZE; GUATTARI, 2012, p. 72)

⁶ Deleuze (1998) afirma que “a linha de fuga é uma desterritorialização. O Grande erro. O único erro seria acreditar que uma linha de fuga consiste em fugir da vida; a fuga para o imaginário ou para a arte. Fugir, porém ao contrário, é produzir algo real, criar vida” (DELEUZE, 1998, p. 48).

⁷ Na obra *A coragem da Verdade*, Michel Foucault (2011), ao referir-se ao cinismo antigo, traz o conceito de “vida outra”. Para os cínicos, diz Gros (2011), referindo-se a Foucault, “a verdadeira vida não é mais representada como essa existência consumada, que levaria à perfeição qualidades ou virtudes que os destinos ordinários só ressaltam com fraco brilho. Ela se torna, com os cínicos, uma vida escandalosa, inquietante, uma vida ‘outra’, imediatamente rejeitada, marginalizada” (GROS, 2011, p. 313, grifo do autor).

O controle e a distribuição da palavra escrita – empregada, principalmente, por homens letrados, escritores, cronistas e historiógrafos – implicou o uso abusivo do poder simbólico de narrar, relatar e significar, com pretensa superioridade, determinados momentos da realidade ligados diretamente aos triunfos e aos grandes feitos heroicos. Deleuze e Guattari (2012) destacam que o devir-mulher é potente em desestabilizar todo esse campo social patriarcal – em fazê-lo devir –, pois é marcado pelos afetos, pela cumplicidade, pelos desvios e criatividade. Ele atravessa a vida e o vivido, seja pela escrita, pela literatura, pelas revoluções, pelas manifestações, pela música ou pela arte, entre outras experimentações do pensar e do agir. É sempre nos acontecimentos que os sujeitos se enunciam e se produzem.

Para Deleuze e Guattari (2012), não há um devir-homem, pois o patriarcalismo, na história, fez do masculino um conceito maior/universal/molar, não vinculado à quantidade/estatística, mas relativo aos que detêm o poder. Nesta perspectiva, o sistema majoritário/universal/patriarcal em que o homem está inserido pressupõe, na história, a fixação de um plano molar de existência, um padrão molar-majoritário: o do homem branco, adulto, racional, com práticas sexuais ativas e heterossexuais que determinam um estado fixo. Por isso, o devir-mulher, caracterizado pela molecularidade, atravessa e desestabiliza as estruturas molares (hegemônicas) na história, presas à produção das hierarquias de gênero, dos binarismos e da segmentaridade dura marcadas pelo masculino. A esse respeito Deleuze e Guattari (2012) afirmam que:

[...] o “masculino” constituiu no universo um padrão em relação ao qual os homens formam necessariamente (analiticamente) uma maioria. Portanto, não há devir-homem, pois, o homem é a entidade molar por excelência, enquanto os devires são moleculares. Porque há tantos devires do homem, mas não um devir-homem? É primeiro porque o homem é majoritário por excelência, enquanto que os devires são minoritários, todo devir é um devir minoritário. (DELEUZE; GUATTARI, 2012, p.92, grifo do autor)

Para os filósofos franceses, o homem é uma entidade molar por excelência. E são as estruturas molares, patriarcais, das quais o homem faz parte, que geraram/geram processos de colonização e inferiorização na história das mulheres, principalmente na América Latina, caracterizada,

também, pela colonialidade,⁸ na medida em que passa a identificar seu modo de vida e saberes como inferiores aos modernos. Castro-Gómez (2012) considera que a colonialidade funciona e se sustenta tanto na produção de subjetividades eurocentradas quanto na produção de valores, posições, perspectivas ideológicas e pressupostos epistemológicos eurocêntricos. A história latino-americana, em certa medida, continua sendo uma história dos homens, de narrativas molares, do estado; não é uma história de temas moleculares, de fontes femininas, acontecimentos femininos; continua sendo uma história do patriarcado.

Quando falamos especificamente do Brasil, podemos dizer que existe uma tradição misógina, um padrão molar fortemente entranhado pela colonialidade que se manifesta, ainda hoje, em vários campos do conhecimento. Um exemplo é a literatura. Há uma escrita que ainda revela a incapacidade de tratar a participação de mulheres no processo de formação da sociedade brasileira. O sistema majoritário e patriarcal, marcas da colonialidade brasileira, pressupõe a fixação em um plano molar de existência. O padrão molar-majoritário considerado é o do homem branco, europeu e heterossexual. Como afirmam Deleuze e Guattari (2012, p. 92), a “maioria supõe um estado de dominação, não seu inverso”. Assim, os homens constituem um padrão universal e forjam uma “identidade de maioria”.

Mas existe uma “vida outra” sendo forjada na história, pois o devir-mulher se mostra de forma diversificada e é capaz de se desviar das armadilhas molares que são sinônimos de controle e de coação. Dizemos isso porque entendemos com Deleuze e Guattari (2012) que o devir-mulher promove fugas dos modos fixos e determinados de viver, ler e escrever; está aberto a experimentações diversas, em que cada um dos atores que com ele se envolve é potencializado e afetado, podendo, assim, devir por meio da escrita e da leitura. Evaristo (2017) fala de “escrevivência” ao referir-se a uma experiência do devir negro no Brasil pela escrita. “Escrevivência”, para a autora, é desvio da norma colonial, é a escrita de um corpo, de uma condição. Pelos

⁸ De acordo com Quijano (2010), “a colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista. Sustenta-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder e opera em cada um dos planos, meios e dimensões, materiais e subjetivos, da existência social cotidiana e da escala societal. Origina-se e mundializa-se a partir da América” (QUIJANO, 2010, p. 84).

desvios da norma o poder feminino torna-se poder imanente, desterritorializado.

Escrever/viver, da forma como anunciada por Evaristo (2017), implica abrir-se para a variação contínua da força de existir de alguém e, portanto, para as mudanças de vida; implica desconstruir verdades até então tidas como absolutas e dar lugar a um agenciamento transversal que ultrapassa todo e qualquer mundo já vivido. Ou seja: é a capacidade do corpo e do pensamento de deixarem-se afetar, implicando num devir-mulher pela escrita. Deleuze e Guattari (2012) dizem que “escrever é um devir, escrever é atravessado por estranhos devires que não são devires-escritor, mas devires ratos, devires insetos, devires lobo etc.” (DELEUZE; GUATTARI, 2012, p. 21). Por isso, o devir-mulher, na história, não é imitação, não é tomar a forma feminina, mas emitir partículas que, pelas linhas de fuga, ultrapassam as fronteiras de uma microfeminilidade. É produzir em nós mesmos um devir-mulher.

Ora, se todos os devires já são moleculares, inclusive o devir-mulher, é preciso dizer também que todos os devires começam pelo devir-mulher. É a chave dos outros devires. Que o homem de guerra se disfarce de mulher, que ele fuja disfarçado de donzela, que ele se esconda como donzela, não é um incidente provisório vergonhoso em sua carreira. Esconder-se, camuflar-se, é uma função guerreira; e a linha de fuga atrai o inimigo, atravessa algo e faz fugir o que a atravessa, é no infinito de uma linha de fuga que surge o guerreiro. (DELEUZE; GUATTARI, 2012, p. 74)

Enquanto a historiografia é marcada pela divisão entre homens e mulheres – uma demarcação rígida dos territórios, dos acontecimentos do gênero masculino e do feminino –, o devir-mulher é um modo diferente de vivenciar os corpos na história. Ser mulher na história implica em criar um corpo aberto, inacabado, impreciso, ou, como dizem Deleuze e Guattari (2012), um corpo aberto a todos os outros devires que o possam povoar: devir-animal, devir-vegetal, devir-máquina, devir-molécula.

Independente do gênero a que pertencem os personagens, eles podem ser atingidos por esse movimento, aliás, é a condição para viverem sua desterritorialização. Devir-mulher não é “imitar nem tomar a forma feminina, mas emitir partículas que entram em aproximação de movimento repouso, ou na zona de vizinhança de uma microfeminilidade, isto é, produzir em nós mesmos uma mulher molecular, criar a mulher molecular” (DELEUZE; GUATTARI, 2012, p. 71).

Nestes termos, devir-mulher, na história, nos remete a um afastamento de toda hierarquia, estratificação, separação que nega a diferença e a multiplicidade. Ele nos desafia a fazer intersecções, deslocamentos e mudanças, principalmente na estrutura binária que se constitui como um marcador de poder que impõe coordenadas semióticas a todos os sujeitos. A estrutura binária orienta e marca as relações de poder e de controle da diferença e é uma peça importante dos aparelhos de poder, estabelecendo “tantas dicotomias quanto for preciso para que cada um seja fichado sobre o muro, jogado no buraco” (DELEUZE; PARNET; 1998, p. 31). Enquanto experiência marginal, o devir age rompendo com as estratificações, as segmentações e as estruturas binárias. Ele rejeita ser sugado pelo centro/hegemônico e, para tanto, se movimenta nas margens, nas brechas, nas fissuras, escapando do mesmo, do habitual.

Uma vez que não pretende se limitar ao que já existe, nem legitimar o que já está dado, o devir-mulher, na história, é revolucionário e potencializa a invenção de outras formas de vida. Afirmamos isso, pois “devir é jamais imitar, nem fazer como, nem se ajustar a um modelo, seja ele de justiça ou de verdade. Não há um termo de onde se parte, nem um ao qual se chega ou se deve chegar” (DELEUZE, 1998, p. 10). Ele tem mais a ver com linhas que nos atravessam, forças que nos afetam, devires que nos arrastam para outros lugares e dissolvem nossas certezas, nosso território – pura desterritorialização.

É na invenção de outras formas de vida que o devir, na história das mulheres, se manifesta nas ruas, no cotidiano, nos quartos, nas cozinhas, no cuidado, nos silêncios do não dito. As ruas, por exemplo, sempre foram o espaço, na história, de improvisação da sobrevivência precária das mulheres. Deslocando-se entre espaços privados ou públicos, a figura da mulher se confundia/confunde, na história “universal”, com a imagem da empregada doméstica, da mulata, da babá, da mucama, da escrava, da ama-de-leite, da mãe preta e das mulheres infames, como as delinquentes, as prostitutas e as históricas. A imagem da mulher também se confundia/confunde com a da donzela, da princesa, da bruxa, da feiticeira, da curandeira, da guerreira, da operária e da serviçal, vidas outras que representaram/representam limites, barreiras móveis e mutantes, porém não existentes, mas que agiram/agem na história.

São os espaços comuns do cotidiano feminino, espaços moleculares, que são dotados do devir-mulher na historiografia e mostram a existências de espaços outros marcados por outras formas de relações de poder e outras dimensões de poder nas relações sociais. Poder imanente, cotidiano, microbiano, diria Certeau (1996):

Práticas microbianas, singulares e plurais, [...] procedimentos que, muito longe de ser controlados ou eliminados pela administração panóptica, se reforçam em uma proliferação legitimada, desenvolvidos e insinuados nas redes de vigilância, combinados segundo táticas ilegíveis mas estáveis a tal ponto que constituem regulações cotidianas e criatividades sub-reptícias que se ocultam somente e graças aos dispositivos e aos discursos, hoje atravancados, da organização observadora (CERTEAU, 1996, p. 175).

Nesses espaços menores e com práticas microbianas se constrói o devir-mulher marcado por afetos que se formam no encontro, no acontecimento histórico. Deleuze (1998, p. 73-74), com base em Spinoza, diz que “os afetos são devires: ora eles nos enfraquecem, quando diminuem nossa potência de agir e decompõem nossas relações (tristeza), ora nos tornam mais fortes, quando aumentam nossa potência e nos fazem entrar em um indivíduo mais vasto ou superior (alegria)”. O devir-mulher, deste modo, estabelece uma relação afetiva com as coisas e permite compreender que ser mulher não é viver em função do servir, cuidar e nutrir, ou seja, ser esposa e mãe – papéis atribuídos pelos regimes molares –; é compreender que se trata de uma conquista; é um lançar-se para fora dos espaços tradicionalmente demarcados como feminino, lançar-se fora das representações hegemônicas da história.

São raras as vezes em que as mulheres aparecem como sujeitos na historiografia. Suas ações foram forçadas à invisibilidade por se movimentarem pelas fendas, fissuras insondáveis, impossíveis de serem percebidas por qualquer tipo de marcação identitária e de amarrá-las conceitualmente por modelos pensados pelo masculino. Por serem, as mulheres, um devir em experimentação - que foge, insurge e desvia -, elas se conectam a devires que levaram/levam ao acontecimento histórico e a novas formas de vida. Compreender esses sujeitos/mulheres em seu potencial libertário permite compreender não apenas a autonomia, mas também reafirmar práticas que sempre foram, na história das mulheres, segundo

Tedeschi (2019), o reflexo de uma arte revolucionária, inventiva e, dentro das suas possibilidades, um importante marco de resistência.

Por meio de práticas revolucionárias, de movimentos de resistência, as mulheres, na história, como dizem Deleuze e Guattari (2012), assombam as fronteiras do patriarcado. As fronteiras são, para os filósofos franceses, exterioridades, resultados expressivos que imperam imagens, figuras, formas, tipos; elementos que permitem a teoria, a facilidade da relação, enfocam a coexistência, mais do que a identidade; mais do que a sucessão, enfoca a correspondência — objetos de pensamento acessíveis pelo contorno. Por isso o devir-mulher ocupa, no pensamento de Deleuze e Guattari (2012), o lugar que, nas narrativas historicistas, era o lugar da revolução. Mais precisamente, extrai da revolução a parte do evento, do acontecimento, como que rompendo o espaço do limite, do controle. O devir-mulher aparece, nesse sentido, como o poder de variação e reordenação dos objetos e dos sujeitos, dos signos e das significações, dos rompimentos.

Deste modo, o devir-mulher não emana somente na mulher. Seria ingênua a pretensão de associar o devir-mulher exclusivamente às mulheres. Destacamos que a potência do pensar e criar vida nômade existe em todos os corpos, independentemente do seu gênero masculino ou feminino e, pontuar que, no caso da história das mulheres, esta potência, por força das circunstâncias histórico-sócio-culturais majoritárias do discurso colonial/patriarcal e homogeneizador, fez um efeito de ser altamente estimulador sobre o outro, o diferente, o não hegemônico, o não masculino.

Se uma sociedade se define por seus fluxos de desterritorialização, por suas linhas de fuga, como diz Deleuze (1998), as mulheres, ao inventarem suas linhas de fuga, traçaram vidas outras. Vidas, agora, marcadas por modos de agir, de sentir e de pensar que envolvem atitudes de escuta do mundo com o corpo todo, uma abertura, um estado de alerta e de conectividade. Elas criaram agenciamentos,⁹ tipos de simbiose que extrapolam os limites do corpo orgânico e envolvem o lugar e tudo o que está em volta - processos de

⁹ Zourabichvili (2009), na obra *O Vocabulário de Deleuze*, diz que “segundo um primeiro eixo, horizontal, um agenciamento comporta dois segmentos, um de conteúdo, outro de expressão. De um lado ele é *agenciamento maquínico* de corpos, de ações e de paixões [...]; de outro, agenciamento coletivo de enunciação, de atos e de enunciados [...]. Mas, segundo um eixo vertical orientado, o agenciamento tem ao mesmo tempo *lados territoriais* ou reterritorializados, que o estabilizam, e pontas de *desterritorialização* que o impelem” (ZOURABICHVILI, 2009, p. 20, grifo do autor).

diferenciação pulsando. Afinal, “é sempre um agenciamento que produz o enunciado [...] sempre coletivo, que põe em jogo, em nós e fora de nós, populações, multiplicidades, territórios, devires, afetos, acontecimentos” (DELEUZE; GUATTARI, 1998, p. 65).

Nesse sentido, o corpo das mulheres na história também é a história do espaço que ocupa, suas fronteiras, as intervenções que nele se operam, a imagem e as narrativas que dele se produz, as “máquinas de guerra”¹⁰ que nele tentam se conectar, os sentidos que nele marcam, os silêncios que por ele falam, os vestígios.

O devir-mulher na história como devir-minoritário

Uma relação importante que atravessa um devir é a sua aproximação com os modos de vida minoritários, pois um devir, para Deleuze e Guattari (2012a), tem uma força que passa pelo minoritário, que passa numa zona de indiscernibilidade em que movimentos micropolíticos e de resistências são lançados para todos os lados. O que define uma minoria, para os filósofos franceses,

[...] não é o número, são as relações interiores ao número. Uma minoria pode ser numerosa ou mesmo infinita; do mesmo modo uma maioria. O que as distingue é que a relação interior ao número constitui no caso de uma maioria um conjunto, finito ou infinito, mas sempre numerável, enquanto que a minoria se define como conjunto não numerável, qualquer que seja o número de seus elementos. O que caracteriza o inumerável não é nem o conjunto nem os elementos; é antes a conexão, o “e”, que se produz entre os elementos, entre os conjuntos, e que não pertence a qualquer dos dois, que lhes escapa e constitui uma linha de fuga (DELEUZE; GUATTARI, 2012a, p. 186, grifo do autor).

Conforme os filósofos franceses, as minorias podem ser mais numerosas que a maioria e deter o segredo de sustentação desta última. Os autores destacam que as minorias podem ser “multidões” cuja organização desestabiliza o consenso das majorias e a sua ordem política. Nesse sentido, o devir-mulher, como devir-minoritário, provoca uma ruptura na história, principalmente com os sistemas orgânicos molares definidos e

¹⁰ Deleuze (2013) define máquina de guerra “como um agenciamento linear construído sobre linhas de fuga. Nesse sentido, a máquina de guerra não tem, de forma alguma, a guerra como objeto, tem como objeto um espaço muito especial, espaço liso, que ela compõe, ocupa e propaga. O nomadismo é precisamente essa combinação máquina de guerra-espaço liso”. (DELEUZE, 2013, p. 47)

preponderantes, como o masculino padrão, heterossexual, branco e cisgênero. Representa uma crítica ao falocentrismo que designa o homem como referente de universalidade e subjetividade de uma época e a mulher como a alteridade, como o outro. Por esta razão, como dissemos anteriormente, não é possível um devir-homem, já que o homem não surge de uma minoria, mas de uma instância que carrega a lei e o logos, enquanto o devir- mulher é a marca de um processo geral de transformação.

Como um devir-minoritário, o devir-mulher marca a existência e o vivido dos corpos femininos e possibilita fazer frente a qualquer forma de saber e poder de institucionalizações dadas pelo patriarcado na história. Ele promove agenciamentos que escapam do pensamento majoritário, molar, já que o devir é sempre menor, marginal, dos pequenos - é inacabado, é desvio. A esse respeito, dizemos, com Anzaldúa (2015) que devir não é encontrar as fronteiras e levantar muros, pelo contrário, é desconhecê-los, entrar numa zona de vizinhança.

Dentro de mí existe una rebeldía: la sombra-bestia. Es la parte de mí que se niega a recibir órdenes de autoridades externas. Se niega a aceptar órdenes de mi voluntad consciente, amenaza la soberanía de mi misma autoridad. Es esa parte de mí que odia todo tipo de limitaciones, fronteras, incluso aquellas que me impongo a mí misma. Al menor indicio de que alguien va a imponer límites a mi tiempo o a mi espacio, esa parte mía patalea con ambos pies (ANZALDUÁ, 2015, p. 74)¹¹.

Esses deslocamentos nômades, menores, são associados, na história das mulheres, aos movimentos feministas e de resistência que, por meio da crítica, promovem a desconstrução das narrativas molares. Esses movimentos de devires-minoritários são figurações que se referem a um sujeito que é marginalizado, explorado, invisível, desconhecido e oculto. Assim, se há, conforme os autores, “devires-negros, devires-índios, que não consistem em falar como índio ou crioulo [...] devires-animais na escritura, que não consistem em imitar o animal, a ‘bancar’ o animal, como a música de Mozart também não imita os passáros, embora esteja penetrada por um devir-passaro”

¹¹ “Dentro de mim existe uma rebelião: *a sombra-bestia*. É a parte de mim que se recusa a aceitar ordens de autoridades externas. Se recusa a aceitar ordens de minha vontade consciente, ameaça a soberania de minha própria autoridade. É aquela parte de mim que odeia todos os tipos de limitações, fronteiras, mesmo aquelas que imponho a mim mesma. Ao menor sinal de que alguém vai impor limites ao meu tempo ou ao meu espaço, essa parte de mim chuta com os dois pés”.

(ANZALDUÁ, 2015, p. 74, tradução nossa/grifo nosso)

(DELEUZE; PARNET, 1998, p. 57, grifo do autor), então os sujeitos, historicamente marginalizados, podem devir potencialmente na condição de se reconhecer em seu locus identitário e, a partir daí, reconstruir o lugar simbólico que ocupa.

Os devires-minoritários são atos políticos na medida em que resistem às estruturas molares, tecem embates junto ao sistema hegemônico e à política maior, alastrando a singularidade feminina e a pluralidade que a constitui. Como atos políticos, de resistência e contestação, tornam visível e sensível toda a multiplicidade, como o fez/faz o movimento feminista. Nesse caso, o “menor” significa um estado no qual qualquer um pode estar; são processos que interagem e se transformam no “entre” e na singularidade de cada um, sejam mulheres, negros, índios ou animais. O “menor” na perspectiva de Deleuze e Guattari (1995) é aquele que está sempre na luta por alguma causa – luta pela existência, luta pela vida. Ou ainda, como destaca Tedeschi (2018):

O qualitativo menor reside exatamente nos desvios em relação ao padrão, ao institucionalizado e àquilo que se estabeleceu como sendo “natural” na relação entre os sexos. O silêncio, neste contexto, seria então uma maneira de “desterritorialização” que irrompe na história e se impõe como fundamental na produção e na opção de uma estética do “menor”, trazendo para o cotidiano a sensibilidade de uma micropolítica, de uma micro revolução expressa nos gestos singulares do cotidiano de milhares de mulheres que lutam por respeito e dignidade em relação a seus corpos e suas mentes (TEDESCHI, 2018, p. 11, grifo do autor).

Nessa perspectiva, o devir-mulher, como devir-minoritário, passa pela ação política e implica ações referentes à reelaboração e crítica dos estratos e das hierarquias de gênero na história, implica ações contra as relações de saber e poder instituídos e possibilita buscar um “devir intempestivo”, escondido, fissurado na história e contido nas representações permanentes das mulheres.

Como devir-minoritário, o devir-mulher supõe uma genealogia da história que produza sentidos para os trânsitos e passagens, descontinuidades e contradições e possibilite fugir de uma historicidade fossilizada, patriarcalizada e universalista. Ele supõe uma genealogia da história, como propõe Foucault (2000) em diálogo com Nietzsche, e se preocupa em ouvir a história e não em dissolver o acontecimento singular em uma continuidade teleológica e racionalista. Trata-se de fazer emergir o acontecimento,

desmascará-lo em sua ruptura, em suas brechas e frestas, entendendo que o acontecimento na história tem mais descontinuidade, contingência e acaso do que destino.

A história genealógica dirigida não tem por fim reencontrar as raízes de nossa identidade, mas ao contrário, se obstinar em dissipá-la; ela não pretende demarcar o território único de onde nós viemos, essa primeira pátria à qual os metafísicos prometem que nós retornaremos, ela pretende fazer aparecer todas as descontinuidades que nos atravessam (FOUCAULT, 2000, p. 34-35).

A história genealógica para o filósofo francês mostra a paródia que está por trás dos acontecimentos e as estratégias que se encontram em toda pretensão de verdade. Ao formular o projeto de uma história genealógica, Foucault (2000) estabelece novas noções para a abordagem do tempo e do espaço históricos, novas visões para as reminiscências, as continuidades e o conhecimento. O autor mostra que, na história genealógica, a realidade se desfaz em paródias, as identidades se fragmentam, a verdade é destruída e os acontecimentos perdem sua linearidade contínua.

Ao se apoderar das regras da história, a genealogia promove uma inversão das forças históricas – fazendo com que se voltem contra quem as utiliza, enfraquecendo o vigor das dominações no movimento do jogo histórico e nos acasos da luta. A história, nessa perspectiva, “com suas intensidades, seus desfalecimentos, seus furores secretos, suas grandes agitações, febris como suas síncope, é o próprio corpo do devir” (FOUCAULT, 2000. p. 20).

Nesse sentido, salientamos a potência política do devir-mulher nos processos de construção de uma história outra, dos seus modos de atuação, de suas vitalidades e intensidades e de suas invenções. Os modos de atuação das mulheres e os processos de construção das linhas de fuga criam também invenções de si, outras formas de existência em ressonância com os outros e com o mundo, já que as linhas de fuga, para Deleuze e Parnet (1998), são criadoras de devires e não têm território.

Esconder-se e camuflar-se, dizem Deleuze e Guattari (2012, p. 74), “é uma função guerreira, e a linha de fuga atrai o inimigo, atravessa algo e faz fugir o que a atravessa; é no infinito de uma linha de fuga que surge o guerreiro”. Esconder-se e camuflar-se, funções guerreiras para os filósofos franceses, também são uma das formas de operar das mulheres na história.

Como devires, as ações dessas mulheres, conforme Perrot (2005), marcam a difícil tarefa de pensar a alteridade como um processo de subjetivação que passa pelo acontecimento, pelas margens, pelo oculto, pelos silêncios e por uma liberdade de experimentar, rompendo os papéis de gênero. É também uma aprendizagem em torno de se tornar outro. É uma potência de afetar e ser afetado.

Como vidas outras, as mulheres, conforme Tedeschi (2017), se deslocam em metamorfoses e tentam reexistir/construir um espaço outro como sujeito, como mulher, como escritora, como mãe e esposa. Lutam continuamente contra os estereótipos que são discursos tão poderosos que levam as mulheres a se verem sob o olhar masculino - olhar que as coloniza e as exclui. Esse modo de agir, sentir e pensar das mulheres envolve uma atitude de escuta do mundo com o corpo todo, uma abertura, um estado de alerta e de conectividade abordando uma experiência, na história das mulheres, da ordem do intensivo, do provisório e do intempestivo.

Marcada por um devir-minoritário, a história das mulheres desliza, conforme Cardoso Jr. (2012, p. 163), em “multiplicidades de fuga ou de fluxo” sempre que um grupo ou alguém “se torna todo mundo”, pois o próprio da minoria é fazer valer a potência do não contável. Minoria designa, nesse caso, “a potência de um devir, enquanto maioria designa o poder ou impotência de um estado, de uma situação” (CARDOSO JR. 2012, p. 163). A minoria instaura uma política do acontecimento, das reações, e não uma política baseada no Estado reconhecido dos indivíduos num determinado tempo e espaço. A respeito do devir-menor, Pellejero (2011) destaca que:

Devir-menor não é uma utopia, mas a possibilidade de alcançar uma linha de transformação em situações históricas que fazem parecer qualquer mudança como impossível. Devir-menor não é uma verdade política universal, mas apenas uma estratégia singular não totalizável. Não responde à necessidade de integrar todas as culturas, todas as formas de subjetividade e todas as línguas num devir comum, mas apenas à necessidade estratégica de salvar *uma* cultura da alienação, para permitir o florescimento de *uma* subjetividade, para arrancar do silêncio *uma* língua. Não é uma solução para tudo nem para todos (e essa é sua fraqueza), mas pode ser o único para alguns (e essa é sua força). Não a arte (*técnica*) do possível, mas a arte (*transformação*) do impossível (PELLEJERO, 2011, p. 20, grifo do autor).

Destacamos que o devir-minoritário é uma das características das lutas políticas feministas na atualidade e é revestido de grande complexidade, dada

a explosão de movimentos identitários que buscam se desviar das marcas molares, patriarcais e coloniais sobre seus corpos e rostos. Esses são marcados por linhas duras e desiguais, na história, que “formam parte dos ‘passados subalternos’ que se resistem a ser historicizados y son representados por una temporalidade arcaica y pasada” (BIDASECA, 2010, p. 165, grifo do autor)¹². Por isso, as ações políticas que acompanham a histórias das mulheres passam por um devir-minoritário, subversivo, que consegue transformar códigos, relações e práticas representadas em uma ideia de feminino ainda calcado sob o manto do discurso molar patriarcal: mulher branca, européia, escolarizada, da classe média e/ou alta, não levando em consideração outros atravessamentos, como classe, raça, etnia, geração e sexualidades.

Potencializar esses devires-minoritários implica desconstruir identidades – como, por exemplo, mulheres brancas – atravessadas pelo privilégio da cor, sem estar fora da maioria e sem perder o horizonte da minoria. As desconstruções identitárias, que envolvem o surgimento de novos sujeitos,¹³ devem incluir uma reorganização do tecido material da sociedade, onde o masculino é despojado de seu papel de significante universal e a dimensão simbólica é reconfigurada em direção às subjetividades nômades.

O desafio lançado por Deleuze e Guattari é o de pensar a resistência como uma linha maleável, molecular, composta por fluxos, intensidades e partículas. O ato criativo de resistência é aquele que “sabe conectar-se ao devir e criar a ponte que leva ao acontecimento histórico e à irrupção do novo em uma estrutura marcada pela continuidade” (ALVIM, 2010, p.198). Ele se dá, também, no pensamento, caracterizado por Deleuze e Guattari (2012a) de “pensamento nômade”, para indicar o aspecto fugidio do pensamento e sua relação com o movimento.

Portanto, podemos dizer que o devir-minoritário é a capacidade inventiva e desterritorializada que nos leva ao encontro com um pensamento historiográfico indomado que habita no devir-mulher. Esse pensamento

¹² “formam parte dos ‘passados subalternos’ que resistem a ser historicizados e são representados por uma temporalidade antiga e passada” .(BIDASECA, 2010, p. 165, grifo do autor, tradução nossa)

¹³ Há uma vasta produção e reflexão, nos últimos anos, de intelectuais negras e *chicanas*, como Patrícia Hill Collins, Gloria Anzaldúa, Cherry Moraga e Suely Carneiro, entre outras, que repensam a questão das identidades das lutas sociais, pois as consciências fixas de classe, raça e gênero são herdadas das realidades contraditórias do capitalismo, colonialismo e patriarcado.

historiográfico indomado cria espaços heterotópicos,¹⁴ lugares outros no aqui e agora, lugares de realização de sonhos e desejos, lugares de realização de projetos e propostas no tempo presente, no momento presente, no contemporâneo.

Algumas Considerações

O devir-mulher, na história, como base para outros devires, é uma história própria das mulheres como mulheres. E para que essa história viesse à tona, as hierarquias e as desigualdades entre o acontecimento historicamente importante e o trivial tiveram de ser derrubadas, muros e fronteiras tiveram que ser rompidas e genealogias tiveram que ser realizadas. É importante notar que essas desterritorializações e reterritorializações do devir-mulher, na história, não ocorreram/ocorrem no centro, mas nas margens, na periferia, nos espaços menores – lugar de localização das subjetividades e do pensar nômade. O devir-minoritário/nômade/mulher é um espaço de marginalidade dinâmica que, conforme Evaristo (2017), está situado além do gênero dicotômico e permite liberar as múltiplas possibilidades de escrever a história, de narrar as “escrivivências”¹⁵.

Devemos reconhecer que há uma história molar com pretensões universalistas e que tem sido, até agora, específica para os homens. Urge reconhecer que a história das mulheres deve ser considerada tão geral quanto a do "outro" sexo e destacar que a diferença entre a história molar e a história molecular é que esta última não é idêntica para todas as mulheres, visto que as mulheres não têm todas a mesma história. A consciência da alteridade, da diferença e da desigualdade entre a história feminina e masculina passou a ser complementada com uma consciência e um estudo histórico da alteridade e das diferenças e desigualdades entre as próprias mulheres.

¹⁴ Espaço heterotópico, conforme Foucault (2009) é o “[...] espaço do fora, no qual somos atraídos para fora de nós mesmos, no qual decorre precisamente a erosão de nossa vida, de nosso tempo, de nossa história, esse espaço que nos corrói e nos sulca é também em si mesmo um espaço heterogêneo [...] aquele no qual se localizam os indivíduos cujo comportamento desvia em relação à média ou à norma exigida”. (FOUCAULT, 2009, p.414)

¹⁵ A produção de Conceição Evaristo aponta para o necessário incômodo que a escrita de mulheres negras precisa provocar no interior da produção científica hegemônica, marcadamente branca e androcêntrica, como um sinal da virada epistêmica em que essa produção se insere, bem como por sustentar a força de uma ética engajada à militância nos escritos e movimentos políticos de mulheres negras.

O devir-mulher na história, como devir-minoritário, potencializa as experiências marginais vinculadas à subjetividade sexual das mulheres e às vivências-corpo de poder político que, na história, têm sido fonte de profundo sofrimento. São vidas que se passam nas bordas e se enriquecem no encontro sensível com os outros. Com base em Deleuze e Guattari, Carneiro (2013, p. 89) diz que o devir-mulher é a chave dos outros devires, “porque na mulher está implícito o estatuto da minoria, nela as linhas de fuga desfazem as essências e as significações em proveito de uma matéria mais intensiva onde se movimentam os afetos”.

A força afetiva das mulheres, na história, é um dos elementos que potencializa um devir-minoritário. Esse impulso afetivo vem da memória e da experiência histórica das mulheres, capacidade que elas possuem de abrir novas possibilidades a partir de vozes e laços afetivos do passado, as quais lhes permitem se reinventar e resistir aos jogos de poder que surgem de uma sociedade patriarcal. É a memória feminina, dada pela experiência histórica, que congrega uma multiplicidade de planos e dobras, e articula um processo múltiplo e multidimensional, tirando o tempo de sua linearidade. A memória minoritária, ou contra-memória, como se refere Foucault (2000), é, sobretudo, a criação e a desterritorialização que leva as mulheres a assumir a sua vida como um trânsito de metamorfoses constante, desejável e potente. A memória, enquanto relação de forças, se inscreve no corpo e se exerce por afetos (ativos e reativos).

Por isso, o devir-mulher – como devir-minoritário/revolucionário – é a chave para a transformação do que somos e para a criação de novos modos de existência. Deleuze e Guattari (2012) dizem que esse movimento se inicia quando conseguimos escapar das identidades subjetivas de gênero que desempenham papel central das diferenças sexuais na constituição do pensamento hegemônico. Mesmo que a desigualdade de gênero se constitua em um aspecto importante que alimenta nossos pensamentos e modos de vida opressivos, precisamos “fazer do corpo uma potência que não se reduz ao organismo, fazer do pensamento uma potência que não se reduz a consciência” (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 75).

Nesse sentido, o devir-mulher, na história, enquanto devir-minoritário, apresenta condições de possibilidade para transformações genuínas, na medida em que possibilita subjetividades mais fluidas e que não constituem

o polo central de poder. Enquanto “minoría”, as mulheres encontram caminhos alternativos para uma vida outra, de heterotopias potentes e marginais. O corpo feminino se desterritorializa e cria novas relações com pessoas, instituições e acontecimentos que não reproduzem a estrutura de gênero. As mulheres, na história, desaprendem aquilo que aprenderam historicamente a ser e vislumbram o que podem se tornar – um pensar e um agir indomados.

O normal, o molar, o universal, o hegemônico e o padrão – produtos históricos e biopolíticos de relações de saber e poder, de regulação dos corpos coletivos e individuais – são desestabilizados pelo devir-mulher. Afinal, os devires, em Deleuze e Guattari (2012), provocam uma dobra, atravessam pelas fissuras, fazem brotar micropoliticamente um rizoma que potencializa uma abertura do olhar e das sensibilidades a outras estéticas, desafiam e desnaturalizam hierarquias classificatórias e relações de poder, permitindo imaginar outras possibilidades de existir.

Mesmo nesses tempos em que vivemos, conforme Pelbart (2019), sob “vidas sem forma” e sobre uma “teologia da destruição” é possível um devir-mulher na história. Basta prestar atenção e valorizar as coisas ínfimas, as vidas infames, como fazem Deleuze e Guattari (2014). Eles exaltam o menor. Falam de uma literatura menor em Kafka que penetra os porões do caos para experimentar o devir. Com isso, o menor deixa de ser visto como inferior e designa o mais intenso, porque mais livre.

Os devires-minoritários rompem com as estruturas molares e criam rachaduras e aberturas. São devires que se movimentam, se cruzam, fazem novas experimentações, novas linguagens, novas cores e novos corpos. Devires feitos de encontros infames, de misturas inusitadas, de relações amorosas pouco convencionais, de rizomas que se interlaçam. Os filósofos franceses nos ensinam que o menor é aquilo que permite dizer o seu tempo naquilo que não é, afirmando, desse modo, conforme Tedeschi (2008), a inexorabilidade do processo histórico e, ao mesmo tempo, negando-o e fazendo a história de outra maneira.

Sendo assim, não há dúvidas que um devir-mulher na história está se alastrando e movimentando/construindo a história de outra maneira. Por meio do “escreviver”, conceito cunhado por Evaristo (2017), as mulheres potencializam histórias particulares, ocultadas, invisibilizadas, fronteiriças,

mas que remetem a outras experiências coletivizadas, experiências vivenciadas, ainda que de raça, cor, sexo e classes distintas. Os sujeitos do fora, das margens, que habitam os espaços de fronteira, criam outras histórias possíveis e configurações que desenham uma nova sociedade, visibilizam outras possibilidades de existência, outras epistemes, identidades que passam a brotar nos espaços do não oficial, do contestado, do ilegal.

Nesse sentido, a história das mulheres não pretende ser uma explicação do mundo, mas uma invenção de novas formas de olhar para o mundo, de vivenciá-lo, de experimentá-lo. É esta a potência criativa do devir- mulher na história que impede que sejamos cooptados pelo poder, pelo masculino, pelo hegemônico, pelas linhas duras. A opção pelo menor revela uma estratégia afirmativa, ética e transformadora, com ênfase nas intensidades, nos nomadismos e nas fissuras da história. Minorar a história. Ou, como diz Barros (2002, p. 35), “uma pequena coisa infinita do chão”.

Referências

- ALVIM, D. M. Pensamento indomado: História, poder e resistência em Michel Foucault e Gilles Deleuze. **Dimensões**, vol. 24, 2010, pp. 193-207.
- ANZALDÚA, G. **Borderlands/La frontera: la nueva mestiza**. México: UNAM, 2015.
- BARROS, M. de. **Arranjos para assobio**. 4^a. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- BIDASECA, K. **Perturbando el texto colonial: los estudios (pos) coloniales en America Latina**. SB: Buenos Aires, 2010.
- CARDOSO JR., H. R. – Ontopolítica e diagramas históricos do poder. **Veritas**, v. 57, n. 1, jan./abr. 2012, pp. 153-179.
- CARNEIRO, A. C. Deleuze e Guattari: uma ética dos devires. Toledo/PR, **Dissertação de Mestrado**. UNIOESTE, 2013.
- CASTRO-GOMES, S. **La Hybris del punto zero**. Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2012.
- CERTEAU, M. de. **A invenção do Cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1996.
- DELEUZE, G. **Conversações**. São Paulo: Editora 34, 2013.
- DELEUZE, G. Uma conversa, o que é, para que serve? In: DELEUZE, G.; PARNET, C. **Diálogos**. São Paulo: Escuta, 1998. pp. 9-27.
- DELEUZE, G; GUATTARI, F. **Kafka: por uma literatura menor**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

- DELEUZE, G. **Mil Platôs**: Capitalismo e esquizofrenia. 2º vol. São Paulo: Editora 34, 1995.
- DELEUZE, G. **Mil Platôs**: Capitalismo e esquizofrenia. 3º vol. São Paulo: Editora 34, 1996.
- DELEUZE, G. **Mil Platôs**: capitalismo e esquizofrenia. 4º vol. São Paulo: Editora 34, 2012.
- DELEUZE, G. **Mil Platôs**: capitalismo e esquizofrenia. 5º vol. São Paulo: Editora 34, 2012a.
- EVARISTO, C. **Becos da Memória**. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.
- FOUCAULT, M. Nietzsche, a genealogia e a história. In.: FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2000. pp. 15-37.
- FOUCAULT, M. **A coragem da verdade**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.
- FOUCAULT, M. Outros espaços. In: FOUCAULT, M. **Ditos e Escritos III**: estética: literatura e pintura, música e cinema. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. pp. 411-422.
- GROS, F. Situação do curso. In: FOUCAULT, M. **A coragem da verdade**: o governo de si e dos outros II. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011. pp. 301-316.
- ROLNIK, S.; GUATTARI, F. **Micropolítica**: cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 2013.
- PELLEJERO, E. A estratégia da involução: o devir-menor da filosofia política. In: MONTEIRO, S. B. **Caderno de notas 2**: rastros de escrituras. Canela/RS: UFRGS, 2011.
- PELBART, P. P. **Ensaio do assombro**. São Paulo: N-1 Edições, 2019.
- PERROT, M. **As mulheres ou os silêncios da história**. São Paulo: EDUSC, 2005.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder e classificação social. In.: SANTOS, B S.; MENESES, M. P. **Epistemologias do sul**. São Paulo: Cortez, 2010. pp. 84-130.
- TEDESCHI, L. A. Histórias menores, vidas outras: re-existências femininas no Brasil do século XIX. **CEMHAL**, 2017, s/p.
- TEDESCHI, L. A. Por uma história menor – uma análise deleuziana sobre a história das mulheres. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 26(1): e46069, jan-abr/2018.
- TEDESCHI, L. A. A fronteira como deslocamento, hibridez, pluralidade e resistência: um estudo sobre Borderlands/La frontera: the new Mestiza, de Glória Anzaldúa. In.: TEDESCHI, L. A.; BIDASECA, K. (Orgs.). **Fronteiras de Gênero**: corpos, feminismos e história das mulheres. Ponta Grossa: EDUEPG, 2019.
- ZOURABICHVILI, F. **O vocabulário de Deleuze**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2009.